


Escritores e escreventes: uma distinção política / *Authors and writers: a political distinction*

Paulo Procopio Ferraz *

Doutor em literatura francesa pela Universidade Paris VIII e pós-doutorando pela Universidade de São Paulo, com apoio da FAPESP. Pesquisa a crítica literária francesa do século XX. Para ele, a crítica literária é um tipo de texto peculiar.

 <https://orcid.org/0000-0002-6166-1510>

Recebido em 06 nov. 2019. Aprovado em: 15 nov. 2019.

Como citar este artigo:

PROCOPIO FERRAZ, Paulo. Escritores e escreventes: uma distinção política. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 8, n. 4, dez. 2019, p. Port. 86-94 / Eng. 84-92. ISSN 2317-2347.

RESUMO

Há algum tempo, temos visto autores negar a separação entre textos literários e textos conceituais. Um dos autores mais relevantes para esse tema é Roland Barthes. No entanto, em um de seus artigos mais famosos, *Escritores e escreventes*, Barthes parece adotar essa distinção para descrever o trabalho de escrita. Os escritores são aqueles que trabalham a língua ela mesma, enquanto os escreventes estão preocupados apenas com o desenvolvimento de um pensamento. A língua seria, para os escreventes, um mero instrumento de transmissão de ideias. Proporemos, neste artigo, uma outra leitura dessas noções, mais atenta aos papéis sociais que desempenham os escritores e os escreventes do que às diferenças linguísticas de seus trabalhos. Desse modo, poderíamos entender a aparição da figura do escritor-escrevente, caracterizada pela exclusão social. A análise dos diferentes estatutos do trabalho com a língua mostra-nos que os questionamentos sobre a escrita estão sempre relacionados a uma dimensão política.

PALAVRAS-CHAVE: Barthes; Escritores; Escreventes; Estrutura.

ABSTRACT

For some time, we have seen various authors question the frontier that traditionally separated the literary texts from the conceptual texts. One of the most relevant authors in this regard is Roland Barthes. However, one of his most famous articles seems to contradict that idea. In *Authors and Writers*, Barthes seems to adopt this distinction to describe the production of texts. Authors are those who work the language itself, while writers are those who try to develop their thoughts without thinking about the language they are using. If that is true, language would be, for the writers, a mere tool for conveying ideas. In this article, we propose an alternative interpretation of those notions, more focused on the social roles of authors and writers. By doing that, we can better understand the figure of the author-writer, characterized by social exclusion. This analysis shows that the theme of writing is always accompanied by a reflection on its political nature.

KEYWORDS: Barthes; Authors; Writers; Structure.

*



ppaferraz@gmail.com



<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v8i4.1638>

1 Introdução

Há algum tempo, temos assistido a um embaralhamento dos papéis atribuídos aos textos. As fronteiras entre textos literários e textos conceituais têm se tornado cada vez menos claras. Sabe-se que uma peça de teatro, um romance ou uma poesia podem ser tão ou mais reflexivos do que um texto filosófico. São inúmeros os exemplos de escritores que, ao refletir sobre as suas obras, demonstram que elas foram criadas para produzir um determinado impacto em seus leitores, alterando a maneira como eles vêem o mundo. O processo inverso também pode ser notado: diversos autores têm mostrado que textos conceituais são formados a partir processos que atribuímos comumente à literatura. Conhecemos o clássico texto de Jacques Derrida, no qual ele mostra como a filosofia não pode ser concebida sem o recurso à metáfora (s.d.). Bruno Clément (2005) argumenta que, no desenvolvimento de qualquer discurso metódico, há uma estrutura narrativa. Pierre Bayard (2018) tem elaborado uma crítica literária ficcional.

Apesar disso, continuamos a trabalhar como se certos textos pudessem ser instrumentos de comunicação de ideias. Ao procurarmos entender uma noção desenvolvida por Roland Barthes, por exemplo, muitas vezes somos tentados a simplesmente defini-la. Contudo, para fazê-lo, precisaríamos admitir, por um lado, que esse conceito é dotado de uma coerência, isto é, que ele é utilizado de maneiras semelhantes em textos diferentes e, por outro, que ele pode ser empregado por outros autores em outros contextos para dar conta de outros objetos. Isso significa que agimos como se ele independesse do processo de escrita que o originou.

A dificuldade provém de nossos hábitos de leitura. Pressupomos um sentido principal em cada texto, como se o autor tivesse procurado produzir uma mensagem endereçada aos seus leitores. O leitor deve, então, simplesmente decodificá-la, tratando de preservar o seu conteúdo da melhor maneira possível. Ora, isso equivaleria a imaginar que a mensagem principal poderia ser comunicada com outros termos. Interpretar um texto é o mesmo que explicá-lo a partir de um outro discurso. Assim, acreditamos que, ao escrever um texto sobre um outro texto, não estamos fazendo nada além de dizer, com outras palavras, aquilo que já foi dito pelo autor. O significado assume uma vida independente de seu significante: ele pode revestir-se de linguagens diversas, como se diferentes textos pudessem abrigar uma mesma mensagem.

Para trabalhar com um outro modo de leitura, procurei estudar a crítica literária. Ela é o gênero ideal para compreender a maneira pela qual o texto engendra uma reflexão. A crítica

literária, em princípio, é uma atividade puramente metalinguística. Isso quer dizer que ela procura descrever um objeto a partir de uma linguagem que o abarca. Nesse sentido, ela tem, muitas vezes, um modo de proceder que é análogo ao que foi descrito: ela busca compreender um conteúdo do texto lido para, em seguida, descrevê-lo com outras palavras. As linguagens literárias e críticas deveriam, desse modo, manter-se rigorosamente separadas: a metalinguagem não seria nem narrativa nem poética, ela teria como objetivo traduzir certos aspectos do texto da maneira mais exata possível. Contudo, na medida em que ela interage com o texto literário, incorre em uma contaminação que faz com que a crítica acabe adotando determinadas características do seu objeto. Percebi que ela também contava histórias, inventava metáforas, criava personagens. Esses traços não eram meramente acessórios: procurei mostrar que ela seria ilegível se os eliminássemos. Desse modo, demonstrei que ela podia ser compreendida a partir dos mesmos instrumentos que usamos para compreender os próprios textos literários.

De todos os autores que consulto, Roland Barthes tem sido o mais pertinente. Isso porque ele desenvolveu uma prática que não separa as ideias que propõe do trabalho de escrita. Assim, ao procurar entender uma noção proposta por ele, o leitor encontra-se em uma situação incômoda, pois, em geral, ela muda de sentido continuamente não apenas de um texto para o outro, mas, muitas vezes, no interior do próprio texto no qual ela é desenvolvida. O autor força-nos a uma escolha: se quisermos nos apropriar de suas reflexões para conduzir nossos próprios trabalhos, devemos produzir um recorte mais ou menos arbitrário dessas ideias. Ao empregarmos a noção de “escrita”, por exemplo, precisamos, antes, explicar de qual escrita estamos falando, isto é, devemos selecionar, na obra, um uso específico da palavra. Inversamente, se procuramos trabalhar com essa noção na sua multiplicidade, então estamos nos inscrevendo na continuação da escrita barthesiana: a nossa atividade consistirá, assim, em, inventando novos sentidos para ela na medida em que a empregamos. De um modo ou de outro, o leitor é obrigado a intervir.

De todas as noções desenvolvidas por Barthes, no entanto, uma delas parece particularmente ambígua. Trata-se da divisão entre “escritores” e “escreventes”. De certo modo, a figura do escrevente pode invalidar os argumentos que desenvolvemos aqui. Se lida de certa maneira, ela legitima a ideia de um texto puramente instrumental, capaz de veicular conceitos reproduzíveis por outros textos. Para produzir uma outra leitura dos termos, precisaremos, em

primeiro lugar, compreender a ideia de “escrita”. Depois, leremos atentamente um artigo publicado originalmente em 1960, intitulado *Escritores e escreventes* (BARTHES, 2013)

2 Escrita

O termo “escrita” (*écriture*, em francês)¹ foi usado, a princípio, de um modo bem específico. Em *O grau zero da escrita* (BARTHES, 2004), publicado originalmente em 1953, a escrita é o modo como determinados autores se posicionam frente à tradição literária. Barthes o apresenta através de uma dialética que opõe a língua ao estilo. A língua é um “objeto social por definição, e não por eleição” (p. 177). Isso quer dizer que a língua funciona, ao mesmo tempo, como uma dimensão social e como uma “Natureza” (p. 177). De fato, apesar de ser o objeto social por excelência, ela é algo que o escritor não pode modificar: ela é o limite que estabelece o raio de ação do escritor. Já o estilo é o lado individual do trabalho: ela é um produto do corpo e da história do autor. Ela está ligada a sua dimensão existencial e íntima e é, por isso, um traço espontâneo de sua atividade. Parte indissociável da personalidade, o estilo não é uma escolha: não se pode fazer nada para alterá-lo.

A escrita sintetiza essas duas dimensões. Ao escrever, todos devem dialogar com a massa de obras já existentes. A tradição literária adota um modo específico de escrever que tem uma função:denotar a participação de uma obra na tradição literária. Ao escrever todo autor deve adotar um posicionamento com relação a essa tradição:deve decidir entre participar dela ou subvertê-la. É esse posicionamento que Barthes chama de escrita.Nesse sentido, ela é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Ela é individual porque é a posição particular que um sujeito adota com relação à tradição.Ela é coletiva porque se trata de uma atitude política, que tem por objetivo modificar a tradição transmitida. A escrita confere ao autor uma escolha. Contrariamente ao estilo e à língua, ela é um instrumento de ação consciente².

A noção de escrita foi profundamente modificada no curso da obra. Com o tempo, ela foi ganhando contornos cada vez mais incertos. Não há, dessa maneira, uma única definição que descreva o significado da palavra “escrita”. Para pensá-la, deve-se abandonar a ideia de um

¹ As traduções brasileiras costumam empregar tanto “escrita” quanto “escritura” para traduzir o termo “écriture”. Segundo Leyla Perrone-Moisés, no entanto, os dois termos possuem um sentido diferente em português (2012). Neste artigo, empregaremos o termo “escrita” por ter um sentido mais geral, que abarca as atividades dos escritores e dos escreventes. Respeitaremos, entretanto, a escolha do tradutor nas citações.

² Para uma gênese da noção de escrita, ver *Roland Barthes e seus primeiros toques de delicadeza minimalista* (TENÓRIO DA MOTTA, 2010)

conceito claramente delimitado e adotar uma leitura que acompanha as sucessivas tendências e mutações dos textos barthesianos.

3 Escritores e escreventes

Sete anos após a publicação do *Grau zero da escrita*, Barthes escreve um artigo intitulado *Escritores e escreventes*. Os escritores distinguem-se dos escreventes como um substantivo se distingue de um verbo: o escritor exerce uma *função*, enquanto o escrevente exerce uma *atividade* (BARTHES, 2013, p. 32-33). O escritor exerce uma função porque ocupa um determinado papel na sociedade francesa: ele é o “sacerdote” da língua, o “guardião” da língua francesa, definida pelo autor como “uma espécie de Bem nacional” (p. 35). O seu trabalho é, então, intransitivo: ele tem por objeto a própria linguagem. Ele não usa a linguagem como instrumento para comunicar uma mensagem, mas usa a linguagem para trabalhar a própria linguagem. As dificuldades que enfrenta não são nem sociais, nem existenciais: interessa-se, exclusivamente, em como escrever. (BARTHES, 2013, p. 33). Essa atitude, no entanto, acaba por ter um efeito inesperado. Isso porque a língua não pode se livrar de seu referente: o trabalho linguístico implica um questionamento particular sobre o mundo. Absorvido pela escrita, ele acaba reencontrando as interrogações que havia, até então, evitado.

Essa relação indireta com o mundo decorre do caráter estrutural da língua. Para Barthes, a estrutura da palavra e a do mundo não se sobrepõem: o escritor perde-se na língua e não procura exceder os seus limites. Por isso, ele escritor não é capaz de produzir um pensamento sobre os objetos de que trata. Certamente, alguém como Balzac tem a sua própria visão do mundo. No entanto, na medida em que ele escreve uma obra literária, essa visão, que deveria fornecer respostas sobre a sociedade que o cerca, converte-se em uma pergunta. Isso porque a língua não pode descrever o mundo com perfeição: desse modo, o que assistimos é ao espetáculo do confronto da escrita com aquilo que ela descreve. Esse descompasso faz com que o texto deixe de ser uma resposta coerente dada a um determinado problema. Ele converte-se, então, em um questionamento constante sobre os limites do saber. A função da palavra, “quando ela não é mais rigorosamente transitiva, é neutralizar o verdadeiro e o falso” (BARTHES, 2013, p. 34).

Os escreventes, por outro lado, exercem uma atividade porque procuram agir sobre o mundo. Eles possuem uma relação transitiva com a língua. Contrariamente aos escritores, o

objeto de sua operação não é a língua em si. Para eles, ela é um instrumento de trabalho: serve para comunicar um determinado pensamento. O seu objetivo é ensinar ou testemunhar. Para fazê-lo, a língua precisa ser transparente com relação aos objetos que estão sendo por ela descritos. Longe colocar em cena a estrutura paradoxal de nosso conhecimento, o escrevente deve pôr fim a uma ambiguidade no mundo. A sua atividade consiste em propor ideias, e não uma linguagem: trata-se de comunicar um pensamento que se apresenta como puro e livre. O pensamento é puro porque propõe ideias que não dependem do veículo que as transmite. É livre porque se apresenta sem nenhum tipo de enquadramento institucional. Assim, um dos atributos míticos do pensamento é a sua gratuidade: as ideias são vistas como algo que não circula como mercadoria. Por isso, o escrevente não responde a nenhum tipo de demanda da sociedade: o seu dever é dizer aos outros o que eles não querem ouvir, pois ele assinala “o caráter irrepreensível do pensamento” (BARTHES, 2013, p. 37).

Formulados dessa maneira, os termos “escritor” e “escrevente” apresentam uma ambiguidade. Para que houvesse uma diferença real na atividade das duas figuras, seria preciso que elas operassem com duas línguas distintas. Se admitimos que a estrutura da língua difere radicalmente da estrutura do mundo, então seremos obrigados a aceitar que ela não tem função descritiva. Todo trabalho com a língua estaria próximo, desse modo, do escritor. Pelo contrário, se acreditarmos que ela pode desempenhar um papel de *instrumento*, ou seja, de mero veículo de um pensamento, então, a sua estrutura só poderia emular a estrutura própria do pensamento. Nesse sentido, ela é pura transparência, isto é, ela é capaz de transmitir perfeitamente uma mensagem. Essa mensagem nunca seria, desse modo, determinada pelas regras da própria língua, mas por uma reflexão anterior a ela.

Ora, se a língua não é mais do que um invólucro do pensamento, então não haveria sentido em trabalhar sua estrutura como objeto independente. A partir desse momento, a ação do escritor estaria reduzida a um jogo irrisório: longe de produzir ideias capazes de descrever o mundo, o escritor estaria limitado a um jogo com as palavras. Nesse sentido, ele não passaria de um guardião irrisório da “Palavra francesa” (BARTHES, 2013, p. 35). Ele limita-se a reproduzir um mito, o “bem-escrever” (BARTHES, 2013, p. 35), que transforma a língua em uma mercadoria de fácil circulação.

Em um primeiro momento, Barthes parece adotar as duas atitudes. Por vezes, o escrevente aparece de maneira degradada com relação ao escritor: o projeto de comunicação do escrevente é “ingênuo” (BARTHES, 2013, p. 30) porque acredita que sua linguagem se limita

àquilo que ele “quer dizer”, ou seja, ao seu conteúdo. A essa ingenuidade, Barthes opõe a consciência do escritor, que “sabe perfeitamente que sua palavra [...] inaugura uma ambiguidade” (p. 30). Contudo, o escritor é facilmente assimilável à ordem burguesa. Assim, “não há nenhum escritor que não seja um dia digerido pela instituição literária” (p.35), ou seja, qualquer subversão que ele propor será finalmente recuperada e terá o seu impacto anulado. O pensamento do escrevente, pelo contrário, não é facilmente assimilável: a sua produção de ideias, por não estar amparada pela instituição literária, é dificilmente convertida em mercadoria. É só através do trabalho do escritor que o pensamento é integrado à lógica do mercado, pois ele tem a função de “transformar o pensamento (ou a consciência, ou o grito) em mercadoria” (p. 37). Trata-se, então, de um dilema: o escritor é aquele que conhece a natureza da língua, mas que não consegue empregá-la em uma transformadora. O escrevente, por sua vez, não sabe que sua atividade é determinada pela sua linguagem, mas faz dessa ignorância o seu meio de atuação no mundo.

A distinção entre escritores e escreventes não passa, portanto, pela língua que eles empregam. Não há, de um lado, a língua estrutural e, de outro, a língua instrumental. Na verdade, a divisão ocorre a partir de dois eixos. O primeiro é o da consciência : o escritor tem perfeito conhecimento da opacidade da língua, ao passo que o escrevente se aliena com relação a sua própria atividade. O segundo é o da função social que eles exercem: o escritor não pode perturbar o funcionamento da ordem burguesa, enquanto o escrevente consegue atingi-la por permanecer à margem da circulação de mercadorias.

Tanto escritores como escreventes estão presos aos papéis que a sociedade designa para eles. Vimos que os escritores agem como guardiões da língua burguesa. Os escreventes, por sua vez, apesar da função subversiva que desempenham, contribuem, de certo modo, para reforçar o papel mítico do intelectual na sociedade. Isso porque a sua atividade implica a ideia de que “o pensamento não custa nada, mas também ele não se vende, ele se dá generosamente” (BARTHES, 2013, p. 37). Ou seja, pelo seu modo de escrita e pelas atitudes que toma, ele acaba por reproduzir a noção de que o pensamento é puro

Ora, uma vez que admitimos que a língua empregada pelo escrevente não difere do escritor, é preciso pensar o estatuto da sua escrita. Assim como o escritor, ele também deve escolher entre a submissão ou a subversão de um determinado modelo. É por isso que Barthes (2013, p. 36) afirma que ele “dispõe de uma escritura comum a todos os escreventes, uma

espécie de *koinè*”. O que caracteriza os escreventes não é, então, a ausência de uma escrita, mas a aceitação inconsciente dela.

Evidentemente, Barthes não acredita que essa inconsciência do escrevente é uma situação inelutável. Na verdade, tanto o escrevente como o escritor são manifestações anacrônicas do trabalho com a língua: esses dois papéis já não existem como tais na sociedade contemporânea. Por um lado, os “escritores soberbos” (BARTHES, 2013, p. 38) pertencem ao passado: não há ninguém, em 1960, que ocupe o mesmo papel de figuras como Victor Hugo ou André Gide. Por outro, não é mais possível ignorar o caráter linguístico da atividade do escrevente. É por isso que ele evoca a figura do “escritor-escrevente”:

*Queremos escrever alguma coisa, e ao mesmo tempo, escrevemos só. Em suma, a nossa época daria à luz a um tipo bastardo: o escritor-escrevente. Sua função ela mesma só pode ser paradoxal: ela provoca e conjura ao mesmo tempo; formalmente, a sua palavra é livre, subtraída à instituição da linguagem literária, e, entretanto, fechada nessa mesma liberdade, ela secreta suas próprias regras, sob a forma de uma escrita comum; saído do clube dos homens de letras, o escritor-escrevente encontra um outro clube, o da *intelligentsia* (BARTHES, 2013, p. 38).*

O escritor-escrevente é aquele que consegue superar algumas das dificuldades próprias da escrita. Contrariamente ao escritor, seu texto não é tão facilmente recuperado pela ordem burguesa por tratar-se de um pensamento “livre”, próximo da atividade do escrevente. Essa liberdade, contudo, não provém de uma alienação com relação à natureza da língua: ele sabe que a sua atividade depende de uma “escrita comum” que produz suas próprias regras. É uma figura ambígua: mesmo tendo plena consciência do estatuto estrutural da língua, continua a colaborar com o mito de um pensamento puro, isto é, que se desenvolve independentemente dessa estrutura. Oferece, assim, o sonho de “uma comunicação sem sistema” (BARTHES, 2013, p. 38) contribuindo, portanto, para a manutenção de uma falsa concepção do trabalho intelectual. Sua inserção no mercado é paradoxal: seus textos possuem certo caráter mercantil, pois suas obras têm algum escoamento, entretanto, ele deve abrigar-se em instituições marginais, como a universidade, e é constantemente acusado de esterilidade (o que significa uma exclusão da esfera produtiva).

Barthes aproxima a função do escritor-escrevente àquela que Lévi-Strauss atribui ao feiticeiro: “um excluído integrado pela sua própria exclusão” (BARTHES, 2013, p.38). A exclusão é um fenômeno necessário porque é por meio dela que se pode definir a normalidade. O excluído não está, então, fora da sociedade: muito pelo contrário, ele é uma parte essencial de

seu funcionamento. A subversão que ele realiza nunca pode ser revolucionária porque não desorganiza, mas oferece uma representação das margens da coletividade.

Escritores e escreventes não põe, desse modo, em dúvida o caráter estrutural da língua. A língua nunca é instrumental, o pensamento nunca é puro: toda atividade reflexiva é uma atividade linguística. Trata-se, então, de pensar o papel político dos diferentes modos de produção de texto. Sabemos que a noção de “escrita” sofreu inúmeras transformações ao longo da carreira de Barthes. No entanto, o que permaneceu constante foram as relações dessa noção com a política. Isso porque o autor sempre opôs a atividade de escrita a uma determinada manifestação da *doxa*. A *doxa* é a opinião comum: são pedaços de linguagem que se repetem e acabam gerando estereótipos (Barthes, 2014, p. 139-140). A princípio, poderíamos pensar que o afastamento da opinião corrente seria uma atitude de esteta, que procuraria simplesmente distinguir-se do linguajar vulgar. Essa opinião ignoraria, no entanto, o caráter político da *doxa*. A *doxa* é repressiva, pois tende a eliminar todo discurso que não se conforma a ela (BARTHES, 2014, p. 140). Para o autor, há separação entre a reivindicação por liberdade política e por liberdade linguística.

Referências

- BARTHES, R. *O grau zero da escrita*, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BARTHES, R. *Escritores e escreventes*. In: *Crítica e verdade*, 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 31-39.
- BARTHES, R. *Roland Barthes por Roland Barthes*, 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.
- BAYARD, P. Pour la fiction théorique. **Fabula**, nº 48, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.fabula.org/revue/document10661.php>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- CLÉMENT, B. *Le récit de la méthode*. Paris: Seuil, 2005.
- DERRIDA, J. A mitologia branca: a metáfora no texto filosófico. In: *Margens da filosofia*. Porto: Rés, [s.d.], p. 265-400.
- PERRONE-MOISÉS, L. Escrita ou escritura? In: *Com Roland Barthes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 69-74.
- TENÓRIO DA MOTTA, L. Roland Barthes e seus primeiros toques de delicadeza minimalista. *Alea*, v. 12, nº 2, 2010. Disponível em: [<http://www.scielo.br/pdf/alea/v12n2/a04v12n2.pdf>]. Acesso em: 5 nov. 2019.